

## O QUE É TEORIA DA HISTÓRIA? TRÊS SIGNIFICADOS POSSÍVEIS<sup>1</sup>

*Ricardo Marques de Mello<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Neste texto organizo três significados distintos da expressão teoria da história, conceituando-os com a exemplificação sucinta das teorias de três autores. O primeiro significado diz respeito à teoria da história enquanto teoria do conhecimento produzido pelos historiadores; demonstrei com as considerações de Hayden White, Michel de Certeau e Jörn Rüsen. O segundo refere-se ao que mais comumente é conhecido por filosofia da história; exemplifiquei com as proposições de Marquês de Condorcet, Friedrich Hegel e Karl Marx. O terceiro significado é relativo ao que denominei de teorias pontuais da história; nesse caso, illustrei com as ideias de Carlo Ginzburg, Reinhart Koselleck e Michel Foucault.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria da história. Teoria. História.

**ABSTRACT:** In this paper I organize different meanings of the term theory of history in three ways conceptualizing them with brief examples of the theories of three authors. The first meaning concerns the theory of history as a theory of knowledge generated by the historians, I demonstrated how the considerations of Hayden White, Michel de Certeau and Jörn Rüsen. The second refers to the so-called philosophies of history, I exemplify with the proposals of the Marquis of Condorcet, Friedrich Hegel and Karl Marx. The

---

<sup>1</sup> Sou muitíssimo grato à professora Tereza Cristina Kirschner pelos comentários elucidativos, sugestões proveitosas e advertências providenciais.

<sup>2</sup> Doutorando em História na Universidade de Brasília. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mails: ricardomm@unb.br; ricardo.mm@hotmail.com

third meaning is relative to what I have called specific theories of history, I illustrated with the ideas of Carlo Ginzburg, Reinhart Koselleck and Michel Foucault.

**KEYWORDS:** Theory of history. Theory. History.

Em março de 2009 o professor de teoria da história da Universidade Federal de Minas Gerais, José Carlos Reis, ministrou na Universidade de Brasília a conferência *A historiografia pós-89: como seria a práxis pós-moderna?* Ao final da palestra, abriu-se para a sessão de perguntas. Uma das questões foi realizada pela doutoranda Ana Carolina Barbosa Pereira, cujas pesquisas na graduação, mestrado e doutorado referem-se à teoria da história. Para evitar reformulações indesejadas, transcrevi o trecho gravado no qual há a pergunta e a resposta, respectivamente.

Doutoranda – Considerando que nas décadas de 70 e 80, no Brasil, a discussão teórica e a teoria da história ficou relativamente esquecida, minha pergunta é: como a teoria da história vem sendo tratada pós-89 no Brasil.

Palestrante – Mas ela não foi esquecida não, Carolina, ela era ligada aos *Annales* e era ligada ao marxismo, e a questão do marxismo era muito forte, e a dos *Annales* também era muito forte. Mas os *Annales* sempre estimularam as questões empíricas, sempre recusaram muito a questão epistemológica, porque era considerada uma discussão vazia... E é um ponto de vista que se tornou vencedor aqui no Brasil e há uma certa resistência aqui, na nossa comunidade de historiadores, a questão teórica. E eu acho isso com uma implicação enorme. É claro que eu não estou dizendo que todo mundo tem de abandonar a história e ir fazer teoria da história. Estou dizendo que é importante a contribuição da teoria da história *para* a prática da história. Não dá para prestigiar um e desprestigiar o outro. Não faz parte da discussão da teoria da história. Não dá para evitar. Não se faz uma prática competente sem uma discussão da sua

atividade, de quem faz a ação, do historiador. A prática da história fica sem atividade.... Na sua produção histórica. Hoje ainda há essa resistência natural com a teoria da história; são poucas pessoas que fazem [...] Qual é a função da teoria da história? Eu acho que teoria da história só faz quem é inteligente, modéstia à parte [...] Inteligente no sentido crítico, sabe e discute o que está fazendo... Você tem que saber a resposta, você tem que legitimar o que você fez, você tem que justificar, você tem que problematizar o que você fez, porque é uma construção, não é intuitiva... Só intuitiva. Então, a teoria da história antes era mais praticada do que hoje. Hoje, há uma radicalização maior na prática, na pesquisa concreta. Mas, eu digo a vocês, uma pesquisa concreta sem discussão, perde muito em qualidade.<sup>3</sup>

A resposta do professor José Carlos Reis, sem dúvida, poderia ser desdobrada em uma série de questões. No entanto, vou me concentrar no que considero uma *aparente divergência* entre a resposta do professor e a pergunta da doutoranda. Trata-se de uma *aparente divergência*, pois, de fato, o professor responde que não houve um relativo esquecimento da teoria da história nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, ao passo que a doutoranda afirma, por meio da pergunta que sim: há, portanto, uma discordância de posições. Todavia, ela é apenas aparente, pois ambos estão se referindo a significados diferentes da expressão teoria da história e isso ficaria mais evidente com a transcrição da conferência na íntegra. Ana Carolina Pereira compreende que houve um esquecimento da teoria porque está se referindo ao que pode ser entendido como epistemologia da história; o professor José C. Reis, por sua vez, tem um entendimento diferente, pois se refere à teoria da história como uma “caixa de ferramentas” que auxiliam os historiadores na construção, caracterização e explicação do seu objeto de análise.

---

<sup>3</sup> Agradeço ao professor José Carlos Reis e à Ana Carolina Barbosa Pereira por me permitirem reproduzir o trecho supracitado.

A confusão no uso da expressão teoria da história não é apenas circunstancial, como no evento acima. Comumente, o termo é usado para denotar aspectos diferentes do trabalho do historiador, acarretando muitos desencontros argumentativos. Não raramente, teoria da história é uma expressão usada para casos distintos sem distinção dos casos.

Por isso, neste texto pretendo organizar e delimitar diferentes significados do termo teoria da história. Para tal, primeiramente, conceituo as palavras teoria e história separadamente. A partir dessa conceituação individualizada dos termos, delimito e descrevo três significados possíveis de teoria da história usados *contemporaneamente*. O primeiro deles diz respeito à teoria da história enquanto teoria do conhecimento produzido pelos historiadores; exemplifiquei com as considerações de Hayden White, Michel de Certeau e Jörn Rüsen. O segundo refere-se ao que mais comumente é conhecido por filosofia da história; nesse caso, servi-me das proposições do Marquês de Condorcet, Georg W. F. Hegel e Karl Marx. O terceiro significado é relativo ao que denominei de *teorias pontuais da história*; illustrei com as ideias de Carlo Ginzburg, Reinhart Koselleck e Michel Foucault. Referente a qualquer um desses significados não devemos perder de vista que as formulações teóricas são resultados de necessidades situadas historicamente e respondem a demandas sociais características, ainda que nem sempre sejam facilmente identificáveis. É precisamente por esse motivo que algumas teorias ao longo do tempo entram em declínio ou mesmo desaparecem, outras emergem, algumas questões são ressignificadas, certos autores deixam de despertar interesse e outros entram em moda: da história, nem as teorias a seu respeito escapam.

## 1. Da teoria

A palavra teoria tem origem grega. Seu significado estava relacionado à ação de contemplar, observar, ver. Ainda com os gregos antigos, o sentido do vocábulo teoria foi estabelecido em contraposição à *práxis*, ligada à ação de praticar e ao uso da

técnica.<sup>4</sup> A imagem de que teoria opõe-se à prática, de certo modo, ainda persiste, sobretudo por meio de ideias que compreendem teoria como abstração desprovida de correspondência real ou mera contemplação vazia.

Além disso, há certa despreocupação no uso do termo, que é empregado para nomear formulações bem diferentes: de teorias sobre a globalização a teorias acerca da divisão atômica ou mesmo para designar determinadas “visões de mundo” de indivíduos ou grupos sociais. O termo teoria, portanto, pode ser apropriado não só em escalas muito distintas como em níveis diferentes entre si.

Tudo isso torna complicada qualquer tentativa de definição estrita do termo teoria. Para alcançarmos um significado satisfatório ao propósito deste texto, primeiramente, é necessário dissuadir-nos da oposição entre teoria e prática, já que, contemporaneamente, nas elaborações acerca da história, eles não são termos excludentes. Diferentemente disso, as teorias são dependentes, complementares e, na maioria dos casos, inseparáveis das práticas sociais. Nesse sentido, podemos entender teoria como um “modo de ver”, organizar, sistematizar ou interpretar um dado fenômeno (no caso dos historiadores, por meio de documentos) que estabelece determinadas regras, padrões, conceitos ou princípios entre si a fim de compreender, descrever e/ ou explicar o objeto da observação.

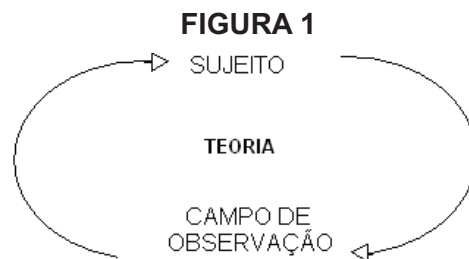
No entanto, essa ação não ocorre no vazio. Ela é realizada por indivíduos, os quais carregam consigo, conscientemente ou não, uma série de influências que os formam enquanto seres. Por conseguinte, por mais que se tente ser impessoal, a formulação de uma teoria sempre acontece a partir de determinados valores, ideias e percepções do sujeito observador, o qual está inserido em um tempo, espaço e circunstâncias específicas.

Mas esse sujeito observador não impõe unilateralmente suas percepções a respeito do objeto que analisa. Seus valores e ideias pré-concebidas podem ser reformuladas a partir do momento

---

<sup>4</sup> Ver GADAMER, H-G. *Elogio da Teoria*. Lisboa: Edições 70, 2001.

em que ele entra em contato com seu campo de observação. A elaboração de uma teoria, oriunda da relação entre sujeito e campo de observação, não é dada, mas construída mutuamente de modo circular. Graficamente pode-se representá-la da seguinte maneira:



As formulações teóricas, portanto, não emergem pura e simplesmente da capacidade de abstração de um indivíduo, tampouco são determinadas pelo campo de observação em si. Por isso, deve-se ter em mente que: 1) o campo de observação não está pronto e acabado *independente* de quem o observa. Ele é uma construção do pesquisador: “o sentido somente se manifesta porque quem lê o texto [ou um dado fenômeno], lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado”;<sup>5</sup> 2) e que as pré-noções e ideias pré-concebidas do sujeito, *também*, são alterados à medida que ele entra em contato com seu campo de observação, fazendo com que seu estudo e hipóteses iniciais sejam constantemente reformulados em uma relação de reciprocidade. Por isso, não faz sentido separarmos teoria de prática: as formulações teóricas são o resultado da *formação cultural* (em sentido amplo) do sujeito (com sua individualidade e objetivos) e do próprio fenômeno observado. Dessa relação podem surgir proposições e princípios, sistemicamente organizados ou não, acerca de determinada área, objeto ou assunto.

---

<sup>5</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p. 402.

## 2. Da história

Sem dúvida, um dos principais motivos da polissemia da expressão teoria da história provém menos das noções relativas à teoria do que dos significados possíveis que a palavra história pode assumir. Por mais que a grafia tenha se mantido desde a Grécia antiga, os significados da palavra história são marcados pelo tempo e dizem respeito, entre outros fatores, às relações que os indivíduos mantinham em um dado presente, entre passado e futuro.<sup>6</sup> Além disso, em algumas línguas, sobretudo as de origem latina, história serve para indicar assuntos de naturezas distintas. Especificamente em língua portuguesa,<sup>7</sup> história contemporaneamente pode designar, entre outras possibilidades:

- (a) uma disciplina ou ciência, da qual se ocupa os historiadores;
- (b) as ações humanas no tempo;
- (c) historiografia, em sentido restrito – a descrição e/ou explicação das ações humanas no tempo por meio da escrita;
- (d) uma narrativa ou relato com ou sem verossimilhança, que pode ser feito por qualquer indivíduo.

Para caracterizar os três significados da expressão teoria da história, ocupar-me-ei da primeira e da segunda acepção da palavra história. A terceira, historiografia, pode ser considerada um desdobramento da história enquanto disciplina: não existe escrita da história sem um conjunto de operações e procedimentos disciplinares. O quarto significado não é relevante ao meu propósito; apenas menciono que dele se ocupa uma enorme gama de disciplinas, tais como a semiologia, a semiótica, a análise do discurso e a pragmática.

---

<sup>6</sup> Para uma análise erudita e ampla dos conceitos modernos de história remeto o leitor a KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Trotta Editorial, 2004.

<sup>7</sup> Para a constatação de outros significados hodiernos da palavra história, basta uma passada rápida pelo verbete em dois dos dicionários de língua portuguesa mais populares no Brasil, *Houaiss* e *Aurélio*, que apresentam, respectivamente, quinze e dezessete acepções diferentes.

### **3. Teorias da História**

#### **3.1. Significado I – Teorias do conhecimento histórico**

A partir da breve conceituação do termo teoria e do primeiro significado da palavra história, isto é, como disciplina praticada pela comunidade de historiadores, pode-se interpretar o termo teoria da história como *o estudo ou um modo de compreender a área do conhecimento que investiga as ações dos homens no tempo*: preocupa-se com o *que* e *como* o historiador transforma os documentos em um livro de história, por exemplo, ou como os feitos se tornam fatos. Teoria da história, dessa perspectiva, pretende compreender os mecanismos de elaboração, distribuição, recepção e legitimidade de um conhecimento histórico acadêmico aceito como relevante entre os praticantes do ofício.

Feliz ou infelizmente, não há consenso a respeito de quais objetos são pertinentes à área teoria da história nessa acepção, tampouco como devem ser abordados e classificados. Além disso, as questões que preocupam os teóricos da história mudam com o tempo, pois comumente respondem a necessidades oriundas de outras práticas disciplinares, da própria produção historiográfica ou mesmo de demandas sociais. As preocupações dos teóricos da história são elas mesmas marcadas pelo tempo e circunstâncias específicas.

Para ilustrar alguns dos problemas *contemporâneos* em teoria da história, no sentido há pouco delimitado, pareceu-me pertinente mencionar aspectos gerais das teorias de três autores de tradições intelectuais razoavelmente distintas: Hayden White, Michel de Certeau e Jörn Rüsen.

#### **Hayden White**

A teoria do discurso historiográfico de Hayden White considera a narrativa produzida pelos historiadores como uma modalidade verbal em prosa cujo objetivo é transformar algo que aconteceu no passado, até então não conhecido, não-familiar, em um evento compreensível no presente, tornando-o familiar entre



autor e um leitor idealizado. Para realizar tal objetivo, o historiador organiza a estrutura de seu discurso *pré-criticamente*, ou seja, *antes* de uma averiguação das fontes, conscientemente ou não. Essa organização estabelece o tipo de relações preponderantes entre os elementos que compõem o campo histórico (agente, ato, cena, propósito e ação). Embora possa organizar o campo histórico de certas maneiras, há um número limitado de fazê-lo, que corresponde, segundo White, aos quatro tropos mestres: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Cada um dos tropos condiciona a organização do discurso historiográfico, indicando possíveis estratégias de explicação e significação do objeto investigado.

Inicia-se com o recorte temporal, por meio da crônica e do estabelecimento dos motivos iniciais, intermediários e conclusivos, mediante o arranjo da estória (*story*): ambas as etapas organizam previamente os denominados “elementos primitivos” (dados não-processados) do relato histórico. Já as três estratégias propriamente explicativas se consubstanciam na *elaboração de enredo*, no *argumento formal* e na *implicação ideológica* do discurso. Cada uma delas possibilita quatro maneiras de serem discursivizadas: estória romanesca, comédia, tragédia e sátira, na elaboração de enredo; formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo, na argumentação formal; anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo, na implicação ideológica. Elas buscam constituir uma explicação plausível e coerente nos níveis estético, epistêmico e ético, respectivamente. As estratégias explicativas mantêm entre si dadas afinidades, combinando-se de certas maneiras, caracterizando, assim, o que White denominou *estilo historiográfico*. O relato produzido pelos historiadores, portanto, mais que determinado pelas fontes, é condicionado por *formatos* os quais não apenas organizam as

informações pretéritas do seu discurso, mas, sobretudo, criam sentido e significado.<sup>8</sup>

### **Michel de Certeau**

A análise de Michel de Certeau sobre “o que fabricam os historiadores quando fazem história”,<sup>9</sup> para usar uma frase do próprio Certeau, pauta-se em três dimensões da historiografia: *um lugar social, uma prática e uma escrita*. O *lugar social* diz respeito às variadas relações que o profissional, enquanto sujeito, tem com o meio do qual faz parte, tenha ele consciência ou não. E isso inclui a posição social, institucional, profissional, enfim, as vinculações entre o indivíduo e a sociedade. “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.<sup>10</sup> A *prática* refere-se aos procedimentos técnicos arbitrados pela comunidade de historiadores e selecionados por cada um deles tendo em vista seus objetivos e a natureza das suas fontes. Trata-se de uma ação que transforma meros objetos do passado em fontes preñes de significado: “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz deles a história”.<sup>11</sup> A *escrita* diz respeito à materialização da pesquisa verbalmente. Mas a escrita não é tomada como apenas um meio. Ela cria sentido

---

<sup>8</sup> Ver WHITE, Hayden. Introdução. In: *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a Crítica da Cultura*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 13-38; \_\_\_\_\_. A Interpretação na História. In: *Trópicos do Discurso*. Op. cit. p. 65-95. \_\_\_\_\_. Introdução. A Poética da História. In: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. – São Paulo: Edusp, 2 ed. 1995. p. 17-56; MELLO, Ricardo Marques de. Teoria do Discurso Historiográfico de Hayden White: uma introdução. In: *OP SIS*. Dossiê História e Sensibilidades. UFG. v. 8, n. 11, jul./dez. 2008. p. 120-145.

<sup>9</sup> CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 65.

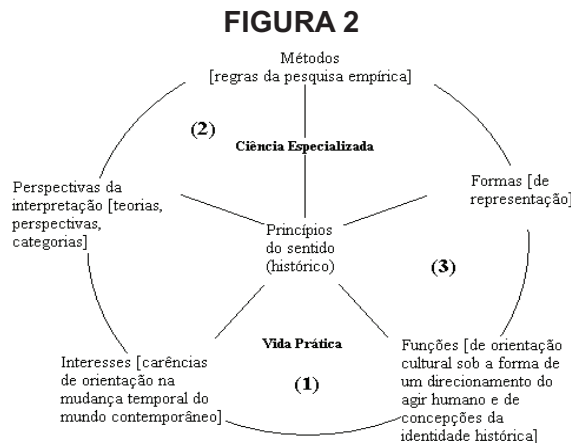
<sup>10</sup> Idem., p. 66.

<sup>11</sup> Idem., p. 78.

ao dar coerência a determinados eventos em suas relações recíprocas; preenche lacunas; presentifica o passado; ordena artificialmente, aparentando ser natural; referencia, dotando o relato de credibilidade; altera o tempo cronológico em tempo da narrativa; enfim, tem mecanismos próprios. Conquanto cada uma dessas partes tenham características específicas, elas não são separáveis em si. Em conjunto formam o que Certeau denominou *operação historiográfica*. Destarte, para se compreender o que fazem os historiadores é necessário entender a dinâmica entre um *lugar social*, uma *prática* e uma *escrita*.

### Jörn Rüsen

Jörn Rüsen formulou uma Matriz Disciplinar a fim de explicar como o conhecimento produzido pelos historiadores constitui-se.<sup>12</sup> Ela compõe-se de cinco elementos: 1) *interesses*; 2) *perspectivas*; 3) *métodos*; 4) *formas de representação*; e 5) *funções de orientação*. A teoria de Rüsen é sistêmica e apresenta-se graficamente da seguinte maneira:



<sup>12</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica*. Brasília: UnB, 2001.

O primeiro fator de constituição do pensamento histórico, os *interesses*, provém da necessidade humana de situar-se *no tempo*. Está presente e é o que *fundamenta* o pensamento histórico de forma geral, não apenas científico. Isto é, questionamentos que não encontram resposta imediata e satisfatória na vida prática promovem no indivíduo uma certa carência de orientação no tempo, que, por sua vez, o impulsiona a buscar uma ou algumas respostas: “designa, assim, o ponto de partida que o pensamento histórico toma [...] ainda antes de se constituir como ciência”.<sup>13</sup> Em seguida, as *perspectivas da interpretação* coordenam os *interesses* de modo racional a fim de direcioná-los ao passado; as *perspectivas* “formam modelos de interpretação”,<sup>14</sup> reformulando as carências dentro dos “padrões” academicamente aceitáveis, inclusive tendo consciência de suas possibilidades e limitações. O terceiro fator diz respeito aos métodos mediante os quais o historiador transforma os resquícios do passado em um conhecimento sustentável, racional e empiricamente controlado. De acordo com Rüsen, são os métodos aplicados na elaboração de uma pesquisa que caracteriza o pensamento histórico em sua modalidade científica. As *formas de apresentação* ou *representação* dizem respeito aos meios de materialização dos fatores anteriores com vistas ao fator posterior (*as funções*). E, por fim, o último elemento refere-se às *funções orientadoras da historiografia*. Ao se mencionar *funções orientadoras*, parte-se do princípio de que os esforços empreendidos pelos historiadores não são despropositados: eles auxiliam os homens do presente na tomada de posição a respeito de um dado tema/ assunto relacionando ao presente, passado e futuro, dando, destarte, um *sentido*, uma *orientação*. Assim, o ciclo se fecha.

Embora cada uma das teorias dos autores sobreditos tenham especificidades terminológicas e conceituais, pontos de partida e resultados distintos, considero possível compreendê-las como respostas a um problema maior: como o conhecimento

---

<sup>13</sup> Op. cit., p. 30.

<sup>14</sup> Op. cit., p. 32.

historiográfico é produzido; ou, de outro modo, quais as possibilidades, condições e limites cognitivos da história produzida pelos historiadores? Enfim, teoria da história, nesse primeiro significado, é um movimento de reflexão sobre o *métier* dos historiadores. É, por excelência, um campo metateórico.

\*\*\*

No entanto, o significado da expressão teoria da história é alterado quando se compreende por história as ações dos homens no tempo. Desse modo, a palavra história deixa de designar uma disciplina/ área do conhecimento e passa a denotar fatos, eventos, atos, de âmbitos variados – individual, comunitário, social, mundial. Teoria da história, dessa perspectiva, refere-se às interpretações possíveis acerca da história em si. Elas podem ser agrupadas em duas categorias, as ditas filosofias especulativas da história, ou simplesmente filosofias da história e as teorias sobre aspectos específicos da história. Em linhas gerais, são classificados sob a designação da primeira autores com propósitos distintos, incluindo, entre outros, nomes como os de Giambattista Vico, Georg W. F. Hegel, Auguste Comte, Karl Marx, Oswald Spengler e Arnold J. Toynbee. A segunda categoria de teoria da história, dessa perspectiva, não tem denominação própria. Diz respeito às teorias, geralmente não-sistêmicas, acerca de aspectos *pontuais*, aplicados a eventos históricos sem as pretensões generalizantes das filosofias da história. Pode-se considerar ilustrativo, entre outros, a ideia de poder de Michel Foucault, as categorias históricas de Reinhart Koselleck ou a noção de circularidade cultural de Carlo Ginzburg.

História compreendida como as ações dos homens no tempo, portanto, permite entendermos a teoria da história de dois modos diferentes: as filosofias da história e o que nomeei de *teorias pontuais da história*. O que há em comum entre elas é o esforço em teorizar a respeito de fenômenos da história em seu acontecer. A diferença entre uma e outra é, sobretudo, de perspectiva.

### 3.2. Significado II – As filosofias da história

As filosofias da história surgiram em lugares distintos e por meio de autores de tradições intelectuais muito diferentes. Embora sua emergência esteja concentrada na passagem do século XVIII para o XIX, houve filosofias, como a de Vico, que são anteriores. De modo geral, no entanto, é possível associar o interesse pela filosofia da história a uma nova percepção temporal, a qual se vale da noção de história no singular para decifrar o curso da história como unidade e universalidade.<sup>15</sup>

Na tentativa de compreender e explicar o processo histórico *como um todo*, buscando um *sentido* no curso dos acontecimentos e/ou uma força motriz da história da humanidade, portanto, as filosofias da história, em geral, compartilham alguns pressupostos: unidade, universalidade e padrões de continuidade e mudança, independentemente se consideram o fluxo da história linear, cíclico, em espiral ou caótico. Para ilustrar como essas noções se materializam, enfatizarei elementos comuns das perspectivas de Condorcet, Hegel e Marx.

#### Marquês de Condorcet

Marquês de Condorcet participou ativamente do ambiente intelectual francês da segunda metade do século XVIII. Em sua última obra, *Ensaio de um quadro histórico do espírito humano*, composta por uma introdução e dez partes – cada uma relativa a uma etapa do progresso humano –, delineia os principais contornos de sua filosofia da história.<sup>16</sup> Nela, Condorcet

---

<sup>15</sup> Ver KOSELLECK, Reinhart. *História Magistra Vitae* – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

<sup>16</sup> CARITAT, Antoine. [CONDORCET, Marquês de]. *Esquisse D'Un Tableau Historique Des Progrès de L'Esprit Humain*. Paris : Vrin, 1970. Disponível em: <<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3113/condorcet/cindex1.htm>> Acesso:

interpreta a história da humanidade enquanto uma evolução progressiva, majoritariamente linear, ininterrupta e em direção ao aperfeiçoamento da espécie: da barbárie à civilização. Dois aspectos de sua teoria são relevantes para os propósitos aqui: 1) a idéia de que o passado fornece experiências e ensinamentos, os quais podem ser aproveitados por quem está no presente, a fim de evitar os mesmos erros e seguir os preceitos bem sucedidos e, assim, acelerar o progresso humano. Isto é, a história em si deve ser investigada, não como o fazem os historiadores, que veem nela apenas fatos e a história de alguns poucos homens,<sup>17</sup> mas como o domínio no qual se pode encontrar os elementos que norteiam seu sentido e, justamente por isso, fornecer exemplos úteis ao presente e futuro 2) e, como um desdobramento do primeiro aspecto, a ideia, aceitável nas ciências naturais de que é possível valer-se do princípio de leis gerais (universais e previsíveis):

se o homem pode prever, com segurança quase completa, os fenômenos dos quais ele conhece as leis; se, mesmo quando elas lhe são desconhecidas, ele pode, de acordo com a experiência do passado, prever, com grande probabilidade, eventos do futuro; por que motivo se deve considerar como empresa quimérica traçar, com alguma verossimilhança, o quadro dos destinos futuros da espécie humana, tendo como base os resultados de sua história? A crença nas ciências naturais fundamenta-se na idéia de que as leis gerais, conhecidas ou ignoradas, que regem os fenômenos do universo, são necessárias e constantes; e por qual razão este princípio havia de ser menos verdadeiro para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem, assim como para as outras operações da natureza?<sup>18</sup>

Mas Condorcet não creditava à história um fluxo contínuo,

---

dez. 2010.

<sup>17</sup> Cf. CARITAT, Antoine. Op. cit., p. 200-202.

<sup>18</sup> Idem., p. 203.

concomitante e *idêntico* a todas as sociedades ao mesmo tempo. Reiterava a coexistência de diferentes estágios evolutivos em sociedades distintas no mesmo período histórico. Considerava, por exemplo, que franceses e anglo-americanos situavam-se no ápice da cadeia humana e que, por isso, deveriam levar às sociedades “menos desenvolvidas” o progresso técnico, científico, cultural, social e econômico: era a humanidade em sua marcha inexorável ao aperfeiçoamento.

### **Friedrich Hegel**

Georg Wilhelm Friedrich Hegel elaborou um abrangente e complexo *sistema* filosófico de caráter metafísico, do qual sua filosofia da história é parte integrante. Deus, assevera Hegel, governa o mundo, e o conteúdo de seu governo, a realização de seu plano, é a história universal.<sup>19</sup> E a história diz respeito à vida do Espírito. Sua filosofia da história apresenta-nos como o Espírito se desenvolveu, dialeticamente, ao longo do tempo. Para compreendê-la, seguindo o percurso do principal texto de Hegel acerca do assunto, torna-se necessário: 1) caracterizar o Espírito; 2) descrever os meios dos quais este se vale para concretizar e alcançar o seu fim; 3) mencionar seu objetivo principal.

A característica do Espírito é a Liberdade. O Espírito se manifesta em cada período e povo de determinada maneira. Hegel, ao interpretar a história humana – das sociedades orientais antigas ao mundo germânico do qual fazia parte –, observou que a Liberdade se materializou em formatos e graus variados. Em sua análise, dividiu a história universal em quatro “mundos”, cada qual subdividido em três partes: 1) Mundo Oriental (China, Índia e Pérsia); 2) Mundo Grego (Atenas, Esparta e Macedônia); 3) Mundo Romano (Roma até a segunda Guerra Púnica, da Segunda Guerra Púnica ao Império e do Império à decadência); 4) Mundo Germânico (do surgimento das nações germânicas

---

<sup>19</sup> Cf. HEGEL, G. W. Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 2008, p. 37-38.



no Império Romano até Carlos Magno, o sistema feudal e o mundo germânico moderno). Cada “mundo” teria contribuído para o avanço do Espírito em sua trajetória. Evidentemente, não se deve compreender esse avanço de modo linear, sucessivo e necessário. A dialética (tese x antítese = síntese) foi a maneira por meio da qual a Liberdade se tornou maior *no* e *com* o tempo. Foi, por conseguinte, a contraposição de culturas divergentes que propiciou a formação de uma nova forma de organização social que, por sua vez, se contraporia à outra, resultando em uma síntese das anteriores. Na tríade tese, antítese e síntese é, *formalmente*, a antítese que se “opõe” a uma dada configuração e possibilita a mudança em direção a uma situação nova.

Esse momento de inflexão é concretizado pelos meios dos quais o Espírito se apropria para alcançar seu objetivo, que são, precisamente, as ações dos indivíduos. Porém, não são as ações conduzidas pelas virtudes deliberadamente em prol da Liberdade. “As paixões, os objetivos de interesse particular e a satisfação do egoísmo são fatores mais poderosos; seu poder está em não considerar nenhum dos limites que o direito e a moralidade [de sua época] lhes querem impor”.<sup>20</sup> E, com isso, realizam o desígnio do Espírito: aumentar a Liberdade com a conquista de novos direitos e uma nova situação. Além das práticas do homem comum, Hegel atribui importância significativa aos *indivíduos históricos universais*, isto é, aos “grandes homens da história, cujos fins particulares contêm o substancial que é a vontade do espírito universal”.<sup>21</sup> Alexandre, César e Napoleão são exemplos dessa categoria de indivíduos, cujas ações parecem ser unicamente tarefa e obra suas. No entanto, eles são instrumentos da razão que rege a humanidade:

tais indivíduos não tinham nos seus objetivos a consciência da Idéia, mas eram homens práticos, políticos. Porém, eram também pensadores que tinham a visão do que era necessário e do que

---

<sup>20</sup> Idem., p. 26.

<sup>21</sup> Idem., p. 33.

era oportuno. Tal era a verdade da sua época e do seu mundo, a próxima raça que já estava contida neles. Sua tarefa era conhecer esse valor geral, o próximo e necessário nível mais elevado do seu mundo, transformá-lo em seu objetivo e nele concentrar a sua energia.<sup>22</sup>

Embora aparentemente envolvidos apenas pelos interesses pessoais e imediatos, tanto o homem comum quanto esses heróis (termo usado por Hegel) alteram o rumo da história. A razão (a sabedoria de Deus) que governa o mundo, utiliza-os, *astutamente*, como meios, como instrumentos é a sua estratégia.

Ao intensificar a presença da Liberdade na história humana, o Espírito se encaminha ao seu objetivo final: a instituição e consolidação do Estado, que, de acordo com Hegel, é a Ideia divina como ela existe no mundo.<sup>23</sup> Porém, não qualquer Estado, mas aquele que permite, assegura e propicia a realização da Liberdade ao indivíduo por intermédio do Direito, da Moral e do Governo. O Estado, nesses termos, deve consubstanciar o Espírito Absoluto, que é a *síntese* do Espírito Subjetivo (as vontades individuais e interiorizadas) e o Espírito Objetivo (as vontades coletivas, exteriorizadas, aqueles elementos comuns e compartilhados entre os indivíduos por meio da ética, da política e da história). Com o Espírito Absoluto, a Liberdade alcança seu ápice: a autoconsciência de que é livre. Em um Estado sob tais condições, os indivíduos não são servos ou escravos das Leis e da Moral. Mas, antes, agem em conformidade com elas por vontade própria, pois a consideram dignas de adoção:

só a vontade que obedece à lei é livre, pois ela obedece a si mesma, está em si mesma livremente. Quando o Estado, a pátria, constitui uma coletividade da existência, quando a vontade subjetiva do homem se submete às leis, a oposição entre liberdade e necessidade desaparece. O racional como substancial é necessário; somos livres

---

<sup>22</sup> Idem., p. 33.

<sup>23</sup> Cf. Idem., p. 40.

quando o reconhecemos como lei e quando seguimos essa lei como substância de nossa própria essência. A vontade objetiva e a subjetiva são, então, conciliadas, formando uma unidade serena.<sup>24</sup>

Assim, na filosofia da história de Hegel, a humanidade é, pelo plano divino, encaminhada para a consecução da Liberdade e autoconsciência desta. Os indivíduos propiciam as condições para o avanço e aprofundamento da Liberdade humana por intermédio do Estado.

### **Karl Marx**

“Até os nossos dias, a história de toda a sociedade tem sido a história das lutas de classes”. Com esta frase curta e sintomática, Karl Marx iniciou um dos seus livros mais influentes e populares, o *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848, juntamente com Engels, sob encomenda da *Liga Comunista*.<sup>25</sup> A frase explica, em parte, o que mais tarde seria designado como o cerne de sua filosofia da história: o *materialismo histórico*. Diferentemente dos filósofos idealistas, Marx fundou sua interpretação da história naquilo que considerou as bases materiais de existência de cada sociedade ou, dito de outra maneira, o modo como ela relaciona-se com a natureza e como seus membros relacionam-se entre si, a fim de produzir bens e serviços. Em perspectiva sincrônica, cada sociedade em certo período histórico estabelece determinado *modo de produção* (como o modo de produção asiático, escravista, feudal e o capitalista), consubstanciado nas *forças produtivas* (instrumentos e técnicas) e nas *relações de produção* (divisão social do trabalho e distribuição dos resultados desse trabalho). Cada modo de produção gera certos conflitos entre indivíduos, os quais exercem diferentes atribuições dentro dessa sociedade. Esses conflitos (lutas de classes), juntamente com os avanços técnicos,

---

<sup>24</sup> Idem., p. 40.

<sup>25</sup> MARX, Karl & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

encaminham-se em direção a uma ruptura com a configuração social assim instituída e fomentam a formação de um novo *modo de produção*. Em perspectiva diacrônica, a mudança de um modo de produção a outro é um desdobramento da luta de classes. Marx percebeu, portanto, que o movimento da história era determinado por um padrão reconhecível em diferentes estágios da humanidade.

Em termos lógico-formais, Marx valeu-se da dialética hegeliana (tese, antítese, síntese) para explicar a sucessão dos modos de produção. De modo geral, cada fase histórica (com seu modo de produção) contém em si os elementos que permitem sua preponderância (tese/ afirmação) em um determinado momento e os que irão ocasionar sua própria destruição (antítese/ negação). É do conflito entre tese e antítese que emerge algo diferente, a síntese (um novo modo de produção), a qual, por sua vez, contém em si uma nova tese e uma nova antítese, que propiciarão, com o tempo, a formação de uma nova síntese: a história continua.<sup>26</sup>

Enfim, nas três elaborações teóricas a respeito da história da humanidade estão presentes a ideia de universalidade, unidade e padrões razoavelmente previsíveis.<sup>27</sup>

### 3.3. Significado III – Teorias pontuais da história

Partindo, ainda, do significado da palavra história compreendida como as *ações humanas no tempo*, teoria da

---

<sup>26</sup> As análises das obras de Marx geraram interpretações muito díspares entre si. No que se refere à sua filosofia da história, há autores que a reduzem a um determinismo econômico, outros que a visualizam como distinta dependendo da obra de Marx e outros, ainda, os quais consideram que não há propriamente uma filosofia da história marxiana. Ver: CHAUÍ, Marilena. A história no pensamento de Marx. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ampus/marxispt/cap.5.doc>> Acesso em: jan. de 2011.

<sup>27</sup> A previsibilidade nem sempre é considerada uma característica de todas as filosofias da história. Ver: DRAY, William H. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 110-112.

história pode designar outro tipo de elaboração no plano teórico. Não mais com a pretensão de explicar o fluxo da história em si, tampouco reivindicando unidade e padrões como pressupostos, mas se atendo a aspectos mais particulares, geralmente restritos a um certo tempo e espaço: é o que denomino *teorias pontuais da história*, pelo fato de tratarem de um ponto específico do seu campo de observação. No trabalho do historiador, elas podem se consubstanciar em conceitos, categorias e perspectivas que permitem compreender e facilitam a construção de seu objeto ou fornecem instrumental para abordá-lo e explicá-lo de modo que as interpretações de realidades pretéritas tenham *significado* para o presente. A fim de ilustrar como elas se materializam, mencionarei três autores e suas respectivas teorias pontuais: Carlo Ginzburg e a noção de circularidade cultural, Reinhart Koselleck com reflexões sobre temporalidade e Michel Foucault e a ideia de poder pulverizado.

### **Carlo Ginzburg**

Carlo Ginzburg é considerado um dos criadores da micro-história e autor de obras cuja popularidade ultrapassou o espaço acadêmico. Em estudos sobre cultura popular, especificamente relativos a processos inquisitoriais do século XVI, Ginzburg, sob inspiração de idéias do russo Mikhail Bakhtin, percebeu que a separação entre cultura popular e cultura erudita não era nitidamente delimitada: havia uma interpenetração entre ambas de modo circular. Por um lado, obras, teorias, ideias e valores da cultura dominante (termo de Ginzburg) eram acessadas por indivíduos de estratos sociais baixos e reinterpretados de acordo com sua condição e circunstância socioculturais. Por outro, membros da elite cultural dessa mesma sociedade tinham contato com as tradições orais, os modos de vida, comportamentos e as visões de mundo de populares, ressignificando-os em conformidade com sua condição e circunstâncias, de maneira a estabelecer uma *circularidade cultural* entre alta e baixa

cultura.<sup>28</sup> A distância comumente aceita entre cultura de elite e popular, portanto, deveria ser repensada. A ideia de Ginzburg era relativamente simples.

Porém, no momento em que foi sugerida, ela apontou implicações relevantes para o trabalho do historiador. A primeira delas diz respeito à separação, muito em voga em pesquisas das décadas de 1970 e 1980, entre dominantes e dominados. Os primeiros como produtores e os segundos como recebedores. A proposição da circularidade cultural colocou em xeque essa imagem da sociedade discriminada predominantemente em duas partes. A segunda refere-se à questão da recepção: embora produzida com intenções precisas uma obra, ideia ou valor pode ser apropriada e usada de maneiras muito distintas daquelas originalmente pensadas ou atribuídas ao seu autor. Por mais que se tente, a possibilidade de controle sobre a interpretação tende a se esvaír. A terceira consequência é relativa à imprecisão do que é cultura popular e o que é erudita. Obviamente, Ginzburg não afirma que elas deixam de existir, mas substitui a linha firme e contínua que havia entre elas por uma película tênue e permeável: tira-lhes a suposta *pureza de origem*. O intercâmbio, e não mais o envio e a recepção, passa a ser o fator a ser considerado: a cultura erudita, destarte, não apenas fornece material para a cultura popular, mas, à medida que assim o faz, altera essa própria cultura popular e é por esta alterada. A quarta implicação concerne à assunção de uma perspectiva cuja base é a complexidade. A realidade, as relações entre indivíduos de classes (novamente, termo de Ginzburg) diferentes são complexas, não estão sujeitas a relações unilaterais e/ou simplistas. As transações culturais teriam de ser, a partir de então, repensadas, imersas nesse movimento circular de reciprocidade e multi-influências.

---

<sup>28</sup> Ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; \_\_\_\_\_. Ticiano, Ovídio e os códigos da figuração erótica do século XVI. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 119-141.

## Reinhart Koselleck

Reinhart Koselleck praticou uma profícua interdisciplinaridade entre filosofia, historiografia e filologia. Entre as preocupações teóricas que o animaram em suas pesquisas, talvez a principal seja a relação complexa entre a linguagem e a história em si, o que lhe permite ser considerado um dos precursores de uma área nova: a *História dos Conceitos*. Um dos seus pontos de partida reside na afirmação aparentemente trivial: “toda linguagem é historicamente condicionada, e toda história é linguisticamente condicionada”.<sup>29</sup> Longe de ser um lugar comum, Koselleck mostrou implicações insuspeitadas a seu respeito quando sugeriu, por exemplo, que os eventos humanos no tempo são ilimitados, ao passo que as palavras usadas para designá-los possuem um estoque limitado: o que pode redundar, então, na criação de novos significados para palavras já conhecidas por conta da emergência de fenômenos novos em uma espécie de ressignificação de termos conhecidos ou na criação de novas palavras para descrever ou explicar esses novos eventos.<sup>30</sup> Essa relação nunca é dada, preestabelecida: cada situação deve ser analisada em suas próprias circunstâncias. De qualquer forma, essa alteração pode significar mais que uma simples escolha de vocabulário; pode ser um indício de uma mudança de valores, ideias e perspectivas sobre o futuro e uma reinterpretação do passado: é o tempo se manifestando na linguagem e a linguagem denotando uma mudança no tempo.

Entre as categorias criadas por Koselleck, para compreender a história em si, duas têm recebido cada vez mais a atenção dos historiadores por propiciarem reflexões acerca das relações que os indivíduos estabeleceram, em determinado presente, sobre o seu próprio passado e o futuro de então: são elas *espaço de*

---

<sup>29</sup> KOSELLECK, R. Linguistic Change and the History of Events. In: *The Journal of Modern History*. v. 61, n. 4, Dec. 1989, p. 649.

<sup>30</sup> Cf. KIRSCHNER, Tereza C. Entre arquivos e teorias: uma questão de fronteira? In: SERPA, É.; MENEZES, M. (Org.). *Escritas da História: narrativa, arte e nação*. Uberlândia: Edufu, 2007.

*experiência e horizonte de expectativa*.<sup>31</sup> O ponto de partida de Koselleck, nesse caso, parece ser: quais os fatores que condicionaram e caracterizaram um dado presente? A que este estava circunscrito? Como a relação que os indivíduos estabeleceram com o tempo resultaram em determinada maneira de representar o mundo à sua volta? Koselleck sugere que o presente está ligado, necessariamente, ao passado e ao futuro. Porém, não ao passado como um todo, tampouco a um futuro abstrato. Mas ao que ele denominou de *espaço de experiência e horizonte de expectativa*. Precisamente, o espaço de experiência é o passado atual,

aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias [...] a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois.<sup>32</sup>

Espaço de experiência, portanto, é passado selecionado, resignificado, introjetado, sobreposto em camadas temporais distintas. Reúne sinais, valores, práticas, gestos, símbolos do passado que, por razões variadas, “permaneceram” no presente, mesmo que de forma resignificada, cuja presença é tanto consciente quanto inconscientemente “mantida” e reelaborada de acordo com as circunstâncias, embora não livremente.

---

<sup>31</sup> Espaço de experiência e horizonte de expectativa não foram as únicas categorias elaboradas por Koselleck. Ver: GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. *Historia y Hermeneutica*. Barcelona: Paidós, 1997.

<sup>32</sup> KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado*. Op. cit., p. 310-311.



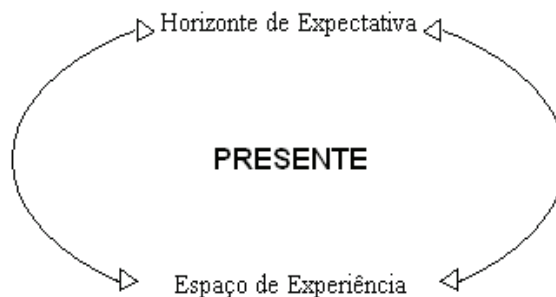
A categoria horizonte de expectativa também é parte integrante de um dado presente. Ela, assim como o espaço de experiência, influi no curso dos acontecimentos no presente e pode reformular as interpretações acerca do passado.

É ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.<sup>33</sup>

O horizonte de expectativa, destarte, é uma formulação de um possível futuro – desejável ou não.

Todavia, deve-se atentar para o fato de que espaço de experiência e horizonte de expectativa não são categorias opostas, tampouco o horizonte de expectativa é um reflexo do espaço de experiência. Em vez disso, elas são complementares, se retroalimentam. O espaço de experiência influi nas possíveis formulações de futuro e o horizonte de expectativa influencia as interpretações a respeito do passado. Há, assim, uma relação de circularidade entre elas. Cada presente está circunscrito pelo espaço de experiência e pelo horizonte de expectativa de modo cíclico e inseparável.

**FIGURA 3**



<sup>33</sup> Idem, p. 310-311.

A desejabilidade de um futuro depende do arcabouço pretérito, manifesto ou latente, por um lado, ao passo que a construção dos eventos pretéritos depende dos anseios de um futuro pensado no presente, por outro: cada indivíduo, grupo ou sociedade *em um dado presente* estabelece suas relações singulares em um cruzamento contínuo e complexo entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.

### **Michel Foucault**

Michel Foucault ganhou notoriedade ao dar visibilidade a grupos marginalizados e, sobretudo, ao abordar de modo inovador as relações sociais a que tais grupos foram historicamente submetidos. Resignificou o surgimento de práticas científicas e vinculou-as a regimes de verdade e pretensões de controle. Entre seus principais temas e abordagens, reinterpretou um dos vocábulos mais comuns e requisitados das filosofias políticas, teorias jurídicas e sociológicas: o poder.

De modo geral, questões ligadas ao poder permearam grande parte de suas pesquisas. Diferentemente dos estudos que o interpretavam como algo exercido a partir de um centro, por indivíduos que o detinham, Foucault percebeu que o poder poderia e deveria ser compreendido de modo mais amplo, aquém e além do modo como até então vinha sendo analisado. Com base em abundante material empírico e reflexões de pesquisa, o pensador francês entendeu que o poder (sua materialização, distribuição, sentido) não se limitava a uma relação de contrato-opressão, na qual uma das partes o detinha de modo legítimo, podendo punir aqueles os quais infringiam e/ou desafiavam sua autoridade, tampouco se reduzia a uma questão econômica: o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também “não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 175.

Com isso, Foucault deslocou a noção de poder que emana de um centro para o entorno. O poder não se localizaria em uma instituição jurídica ou comercial e, a partir delas, decidiria a organização social. Ao contrário, são as configurações sociais, as relações infinitesimais, os discursos capilares, pulverizados, os quais produzem regimes de verdade que possibilitam o exercício do poder, seja em âmbito micro ou macro. As instituições, comumente consideradas pelas filosofias políticas como centros do poder, coagulam e solidificam as condições previamente engendradas de modo difuso no corpo social.

Em um texto proferido em 1976, no qual comenta o andamento de pesquisas recentes, Foucault menciona que teve de adotar cinco precauções metodológicas as quais, em síntese, denotam o modo como ele examinou suas fontes. A primeira delas diz respeito à presença do poder descentralizado, investigado em suas extremidades. A segunda busca “captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos [...] estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos de poder”.<sup>35</sup> Como os indivíduos (co)agem, criam, se sujeitam, reagem, resistem. Na terceira precaução metodológica Foucault, despreza a dicotomia entre dominantes e dominados:

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.<sup>36</sup>

A quarta precaução propõe fazer uma análise ascendente do poder. Não mais de cima para baixo, como propunha a

---

<sup>35</sup> FOUCAULT, M. Soberania e Disciplina. In: Op. cit., p. 183.

<sup>36</sup> Idem, p. 183.

maioria das filosofias políticas, mas da *microfísica* do poder, e, partindo do trajeto que estas pequenas ações percorreram, compreender como foram e ainda são utilizadas, transformadas, deslocadas, desdobradas por mecanismos cada vez mais gerais e por formas mais globais de dominação.<sup>37</sup> A quinta e última precaução metodológica adotada sugere suspender a associação automática entre poder e ideologia, espreitando o poder em seus sistemas locais, em seus dispositivos estratégicos, por exemplo, em técnicas de sujeição dos corpos e gestos que pouco ou nada tem a ver com uma concepção ideológica do mundo, mas apenas técnica. Não por acaso, foi por esse caminho que Foucault observou a passagem de uma sociedade calcada na noção de soberania a uma sociedade cuja *disciplinarização* passou a assumir uma relevância maior, embora ele tenha reconhecido a coexistência de ambas. E, por fim, conclui: “esta é, *grosso modo*, a linha metodológica a ser seguida e que procurei seguir nas várias pesquisas que fizemos nos últimos anos a propósito do poder psiquiátrico, da sexualidade infantil, dos sistemas políticos, etc.”<sup>38</sup>

\*\*\*

As teorias pontuais da história, portanto, referem-se a aspectos particulares e fornecem munição aos historiadores na sua prática profissional. Porém, impõe-se questionar: Foucault, por exemplo, teria criado com as *precauções metodológicas*, com as práticas de pesquisa, com os exemplos apresentados e com as afirmações acima uma teoria do poder, ainda que não-sistêmica, aplicável a qualquer pesquisa na qual a questão do poder é importante?

Ao que tudo indica, não. Um dos comentadores de sua obra, o professor Roberto Machado, afirma, por exemplo, que Foucault não pretendia criar uma teoria do poder ou um conceito passível de ser estendido a outros domínios ou objetos além dos quais ele estava circunstancialmente pesquisando:

---

<sup>37</sup> Cf. Idem, p. 184.

<sup>38</sup> Idem, p. 186.

a análise de Foucault sobre a questão do poder é o resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados. Por isso, embora às vezes suas afirmações tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas.<sup>39</sup>

No entanto, a recepção de uma obra ou parte dela geralmente é caracterizada pela impossibilidade de controle e, por isso, muitas pesquisas foram animadas na esteira das considerações acerca do poder do pensador francês. Para a caracterização das *teorias pontuais*, pouco ou nada importa se o autor de *As Palavras e as Coisas* não pretendia criar uma teoria do poder ajustável a algo diferente daquilo com o qual se ocupava. *O caso é que suas ideias foram apropriadas*, com ou sem a devida prudência metodológica lembrada por Machado. E isso não se aplica apenas aos ajustes dos *insights* de Foucault, feitos por historiadores que pesquisavam objetos em tempo e espaço distintos. As ideias de circularidade cultural de Ginzburg e as categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa de Koselleck também foram e continuam a ser adequadas a pesquisas cujos temas se distanciam daqueles os quais propiciaram a formulação da própria noção de circularidade cultural e das categorias temporais. Pesquisadores mundo afora se valem de *teorias pontuais da história* para compreender, descrever e explicar certos fenômenos sociais, sejam eles pretéritos ou contemporâneos.

Enfim, a adoção de uma ou outra teoria pontual em um

---

<sup>39</sup> MACHADO, Roberto. Introdução. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Op. cit., p. XVI. Embora R. Machado renegue as generalizações das precauções metodológicas do poder de Foucault, em trecho do texto supracitado é possível encontrar afirmação que vai em sentido contrário: “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial”. Ver: FOUCAULT, M. *Soberania e Disciplina*. Op. cit., p. 180.

trabalho historiográfico está relacionada aos objetivos do pesquisador, à sua formação intelectual, ao que já foi escrito sobre o tema, ao seu contexto imediato – tanto social quanto acadêmico – e à natureza das fontes. Seu uso, *a priori*, não garante um trabalho bem-sucedido, tampouco um engessamento teórico-conceitual que resulte em algo pífio, aplicação automática e mecânica de um suporte teórico. Se o pesquisador irá usar uma teoria pontual da história como ponto de partida, argumento de autoridade que comprova sua hipótese, inspiração, molde a partir do qual constrói e se explica o objeto, auxílio secundário ou como instrumento de análise, tudo isso não depende da teoria pontual da história em si mesma: a presença e o peso que ela terá em cada trabalho determinará se irá se configurar como uma contribuição circunstancial ou uma camisa de força.

\*\*\*

Teoria da história, portanto, é um termo que pode designar pelo menos três significados distintos. Por isso, é recomendável pensar em teorias da história (no plural). Em todos eles devemos nos ater para a historicidade que os produziu: as necessidades sociais e possibilidades de cada época de certo modo condicionaram e condicionam o que e como as teorias foram e são formuladas.

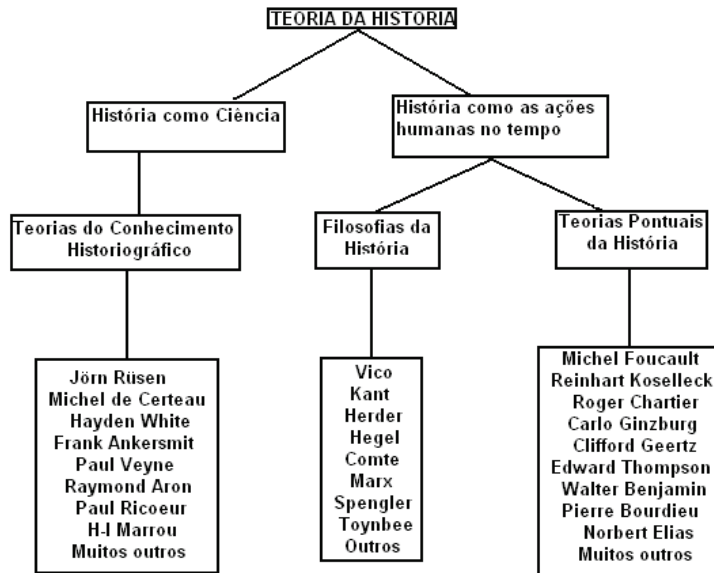
Por conseguinte, parece-me importante pensá-las a partir de cada autor/ obra, seu contexto sociocultural e intelectual. Parte considerável daquilo que foi preocupação de uma *teoria do conhecimento histórico* no século XIX, por exemplo, permanece, ainda que em outros termos e/ ou atualizado. No entanto, ao longo de todo o século XX, outros desafios foram colocados em pauta – resultado de inovações científicas, filosóficas e de relações sociais –, ampliando e, em alguns casos, aprofundando aspectos até então despercebidos. De modo semelhante, as *filosofias da história* emergiram em um cenário que clamava por explicações gerais de sentido em um mundo de transformações profundas; entraram em declínio com as críticas cientificistas do século XIX, as quais acusaram as filosofias da história de especulação vazia, metafísica ingênua e desprovida de relevância cognitiva. Ainda assim, elas persistiram e permeiam o ensino escolar, programas

de governo mundo afora, relatos históricos não-acadêmicos, o senso comum e mesmo parte dos trabalhos historiográficos. Com o mundo atual, cuja integração dos espaços e “contatos culturais” por meio dos sistemas de comunicação é cada vez mais intenso, talvez se possa aventar a emergência de “novas filosofias da história” em concordância com as necessidades e anseios do nosso tempo. As *teorias pontuais da história* também respondem a necessidades do tempo em que foram produzidas afinal as pesquisas das quais são originárias tem raízes em carências cognitivas que comumente estão aquém das preocupações imediatas do seu autor.

\*\*\*

Para não limitar as conceituações da expressão teoria da história com apenas três autores para cada significado, apresento a seguir um gráfico ilustrativo com a presença de outros pensadores muito citados na historiografia brasileira contemporânea.

**FIGURA 4**



Mas não devemos nos seduzir tão facilmente por gráficos e esquemas: as três teorizações a respeito da história não se separam de modo tão nítido como apresentado acima. Elas se imiscuem, se interpenetram, de forma muito complexa em cada trabalho historiográfico. Alguns autores, como Hayden White, asseveram que a diferença entre o que faz o historiador e o filósofo da história não é de tipo, mas de grau e que, por isso, em cada texto historiográfico há sempre uma filosofia da história acoplada. Ademais, dificilmente conseguiríamos negar que as concepções metateóricas acerca do ofício e suas possibilidades cognitivas direcionam o modo como cada pesquisador irá abordar seu material empírico, construir e explicar seu objeto de análise, ainda, como refutar que pensadores como Marx, alocado no *quadrado* das filosofias da história, não criou dispositivos analíticos para o trabalho com fontes? Ou que Kant não fornece elementos para uma crítica da teoria do conhecimento histórico? E que as proposições de Frank Ankersmit e Hayden White não abrem espaço para a adoção de novos *insights* oriundos da arte e ciência contemporâneas na construção da narrativa, isto é, novos dispositivos e recursos? Como refutar, por exemplo, que Koselleck não tenha formulado, a partir da hermenêutica filosófica, reflexões acerca das possibilidades e limites da história como campo de estudo? Ou que Bourdieu e Foucault não sejam dois dos principais formuladores contemporâneos de algo próximo a uma sociologia do conhecimento científico com sérias implicações ao campo historiográfico? Portanto, é importante não perder de vista a complexidade que uma delimitação esquemática como essa acaba por reduzir.

De qualquer modo, ela pode auxiliar a esclarecer e, talvez, evitar “aparentes divergências”, como a ocorrida entre o professor José Carlos Reis e a doutoranda Ana Carolina Pereira, afinal, uma análise de parte da historiografia brasileira pós-1989 permitiria afirmar que ambos estão corretos em suas afirmações: aumentou-se notavelmente o interesse pela teoria do conhecimento histórico, por um lado, e diminuiu-se o uso de teorias pontuais da história, por outro.



### **Considerações Finais – “a teoria nossa de cada dia”**

Mas talvez se deva questionar se tudo isso é relevante apenas para evitar “divergências aparentes” entre profissionais do ramo (como se isso fosse pouco). Penso que não, podemos ir além. Sendo assim, qual, então, a serventia prática de se conhecer essas três formas de reflexão teórica? De que modo elas podem auxiliar-nos em pesquisas historiográficas? Afinal, as teorias da história prestam-se a quê? Acredito que elas podem ser importantes, pelo menos, em dois sentidos: 1) na compreensão e diálogo com a historiografia 2) e na construção do objeto e na materialização da pesquisa como um todo. Vejamos.

Em um texto de 1954, o renomado historiador francês Henri-Irénée Marrou deu em um dos capítulos do seu livro *Do conhecimento histórico* o seguinte título: “A História faz-se com documentos”. Acredito que seja improvável encontrar algum historiador que discorde dessa assertiva. Penso, no entanto, que anterior às fontes vem o conhecimento do que já foi escrito sobre o assunto, ou seja, a historiografia do tema. *Mais* que com fontes (que podem se prestar a conclusões muitas distintas dependendo da perspectiva adotada pelo pesquisador), *a história faz-se com historiografia*.<sup>40</sup> Quando se inicia uma pesquisa, ainda que por alguém com experiência no *métier*, uma etapa fundamental é conhecer a produção historiográfica a fim de dialogar em algum aspecto com ela para reafirmá-la, aprofundá-la, explorá-la, refutá-la, deslocá-la, invertê-la ou convertê-la. Esse conhecimento, entretanto, não deve ser espontâneo, oriundo de uma leitura “normal”, despreziosa: ele será melhor fundamentado – e o diálogo será frutífero se o pesquisador conseguir identificar e reconhecer na obra de cada autor seu ponto de partida, seu caminho e ponto de chegada. Em outros termos, a base teórico-

---

<sup>40</sup> Evidentemente, Marrou não sobrepõe a relevância dos documentos em relação à historiografia. Ele considera ambos importantes. Ver: MARROU, Henri-Irénée. *A História faz-se com Documentos*. In: *Do Conhecimento Histórico*. 3 ed. Lisboa: Editorial Áster, 1974, p. 61-85.

metodológica, as fontes usadas – compreendendo a natureza e possibilidades de cada uma –, como o objeto foi construído e abordado, quais os objetivos, quais as conclusões, quais as filiações intelectuais, o contexto acadêmico e social, os debates nos quais se insere, entre outros fatores relevantes para que ele possa não apenas conhecer a obra (e assim aumentar sua erudição, o que também é importante), mas, sobretudo, a fim de que o diálogo seja fundamentado e academicamente interessante. Conhecer as teorias da história, seja como teoria do conhecimento historiográfico, seja como teorias pontuais, seja, ainda, como filosofias da história, pode auxiliar um pesquisador nessa empreita, pois fornece um arsenal de ferramentas a partir das quais um texto poderá ser desconstruído.

Em outro sentido, as teorias da história podem ser úteis na pesquisa e na sua materialização verbal. Nesse caso, elas assumem o caráter de *precauções metodológicas*, as quais estão, como “fadas onipresentes”, sempre a soprar ao nosso ouvido: “cuidado com esse termo”; “isso é anacronismo”; “reflita sobre suas pré-noções”; “será que essa inferência é apropriada e possível pelas fontes disponíveis?”; “será que não há sub ou sobredeterminação conceitual em sua análise?”; “quais as relações que essa pesquisa estabelece com o *lugar social* de onde você se manifesta?”; “por que e como essas fontes permaneceram até os dias de hoje”; “isso é mesmo um objeto?”; “quais os critérios para tomar uma fonte como digna ou indigna de crédito?”; “como esse tema foi tratado ao longo do tempo”; “é justo exigir de um autor ou fonte o que ele não se propôs a fazer?”; “quais são os limites éticos e materiais da sua pesquisa?”; “cuidado com a imprecisão terminológica”; “a justificativa é plausível?”; “é possível extrair o que você quer das fontes?”; “esse método é adequado?”; “como determinado indivíduo está usando tal ou qual conceito” entre tantas outras precauções.

Esses “cuidados teóricos”, que devem ser, de fato, *procedimentos habituais*, podem receber um suporte e enriquecerem-se a partir das teorias na medida em que as pesquisas têm certos pressupostos cognitivos (aceitos

conscientemente ou não) têm, às vezes, teorias pontuais da história (seja como inspiração, seja como instrumento), pretendem filiar-se ou se afastarem de filosofias da história, enfim, são amparadas por um arcabouço considerável de elementos os quais passam despercebidos de indivíduos que desconhecem as teorias da história em suas três acepções.

Conhecer as teorias da história, portanto, não é um esforço apenas importante, mas indispensável para aumentar o grau de reconhecimento do campo, seja para desconstruí-lo, seja para construí-lo. A história, enquanto disciplina, não se configura em si mesma como um saber técnico (embora se valha de técnicas), mas como um ofício que deve refletir sobre seu próprio fazer. Pensar sobre as teorias da história é, no final das contas, buscar uma maior consciência nas opções adotadas e no modo como as encaminhamos.<sup>41</sup> Como lembrou Karl Löwith: “a consciência histórica não pode deixar de começar por si mesma”.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Por isso, nos cursos de graduação, o aprendizado de teoria(s) da história não deveria, como comumente o é, ser algo à parte. Sem dúvida, os cursos de *Introdução aos Estudos Históricos*, *Teoria e Metodologia da História*, *Historiografia*, *Escolas Históricas* e outros de natureza semelhante são indispensáveis. No entanto, insuficientes. Teoria aprende-se, também, em qualquer outra disciplina histórica, como *História Moderna*, *História do Brasil Colônia*, *História Política*, etc., em que as etapas do ofício podem ser refeitas (por intermédio da verificabilidade). A partir disso, o processo de construção do conhecimento sobre um dado tema, período, área, indivíduo deve ser explicitado aos alunos de modo que fique claro por que, sob que condições (sociais, acadêmicas, individuais/ profissionais) e como aquela pesquisa/ artigo/ livro foi produzido. Refazer o percurso de elaboração do texto analisado é um trabalho historiográfico, teórico, metodológico e didático de ensinar-se a pensar historicamente a produção do conhecimento histórico, isto é, a própria *prática da investigação histórica*.

<sup>42</sup> LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, 1991, p.16.